

16º

ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO

2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

1º E 2 DE SETEMBRO DE 2022

Propostas de Metas para 2023
Justiça Federal

Orientações Gerais

- A reunião será moderada pelo coordenador do segmento de justiça na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, que conduzirá a reunião;
- Em caso de dois participantes, de forma presencial, se conectarem à setorial em local muito próximo, poderá gerar microfonia. Recomenda-se manter o microfone desligado;
- Após a exposição do coordenador do segmento de justiça, caso algum participante queira apresentar novas ideias ou perguntas, basta que levante a mão. Para tanto, há um ícone específico no Cisco Webex, no formato de uma mão, ao lado do seu nome na lista de participantes. Clique nesse ícone, assim o coordenador visualizará e passará a palavra. Sugerimos que o uso da palavra durante a reunião seja feito para as divergências ou dúvidas e utilizado de forma concisa e objetiva.
- O recurso de compartilhamento da tela do computador será utilizado para que os participantes tenham acesso às informações conforme vão sendo apresentadas; e
- Recomendamos que o participante não compartilhe a sua tela, somente se requisitado pelo coordenador do segmento.

METAS NACIONAIS propostas

Proposta da Justiça Federal

META NACIONAL 1: Julgar mais processos que os distribuídos	
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
Especificação Geral	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente
Justificativa	Meta de monitoramento contínuo

Proposta da Justiça Federal

META NACIONAL 2: Julgar processos mais antigos	
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
Especificação Geral	Identificar e julgar, até 31/12/2023: No 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018 e 85% dos processos distribuídos em 2019; e nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Justificativa	Meta de monitoramento contínuo

Proposta da Justiça Federal

META NACIONAL 3:	Alcançar o percentual mínimo de 6% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
Especificação Geral	Fomentar o alcance do percentual mínimo de 6% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos
Justificativa	Meta mantida. Alta relevância para o Segmento

Proposta da Justiça Federal

META NACIONAL 4:	Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública e à improbidade administrativa
Macrodesafio	Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa
Especificação Geral	Identificar e julgar, até 31/12/2023: FAIXA 1: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2020 FAIXA 2: 60% das ações de improbidade administrativa e 70% das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2020
Justificativa	Meta mantida

Proposta da Justiça Federal

META NACIONAL 5: Reduzir a taxa de congestionamento	
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
Especificação Geral	Reduzir em 0,05 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2022. Cláusula de barreira: 43%
Justificativa	Meta mantida. Alta relevância para o Segmento

Proposta da Justiça Federal

META NACIONAL 9:	Estimular a Inovação no Poder Judiciário: Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios a sociedade e relacionados à Agenda 2030
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
Especificação Geral	Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário
Justificativa	Promover o apoio da Alta Administração do órgão às iniciativas oriundas dos laboratórios de inovação e fomentar a materialização de ideias que impactem a sociedade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário

Proposta da Justiça Federal

META NACIONAL 10:	Implementar, durante o ano de 2023, plano de segurança cibernética no âmbito do tribunal
Macrodesafio	Fortalecimento da estratégia de TIC e de proteção de dados
Especificação Geral	Realizar ações que visem garantir a segurança cibernética no tribunal
Justificativa	Necessidade de estabelecer ações que possibilitem maior eficiência, ou seja, capacidade de responder de forma satisfatória a incidentes de segurança, permitindo a contínua prestação dos serviços essenciais a cada órgão

Proposta da Justiça Federal

META NACIONAL 11:	Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022, em cada uma das instâncias
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
Especificação Geral	Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100%, dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos, por instância, até 31/12/2022
Justificativa	Manutenção da meta

Proposta da Justiça Federal

META NACIONAL 12:	Identificar e julgar, até 31/12/2023, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental
Macrodesafio	Promoção da sustentabilidade
Especificação Geral	Identificar e julgar, até 31/12/2023, os processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022
Justificativa	Manutenção da meta

Proposta da Justiça Federal

META NACIONAL 13:	Estabelecer política de cooperação interinstitucional para a prevenção e a solução consensual de conflitos
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
Especificação Geral	Estabelecer cooperações interinstitucionais com participação do Centro de Inteligência e Fóruns interinstitucionais, entre outros sistemas judiciários
Justificativa	Necessidade de estabelecer diretrizes e procedimentos de política de cooperação interinstitucional entre os órgãos Justiça Federal e outras instituições e entidades, nos termos da Resolução 350 do CNJ

METAS ESPECÍFICAS propostas

Proposta da Justiça Federal

META ESPECÍFICA:		Criminal A
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal	
Especificação Geral	Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.	
	Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Justificativa	Manutenção da meta	

Proposta da Justiça Federal

META ESPECÍFICA:		Criminal B
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal	
Especificação Geral	Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2020	
Justificativa	Manutenção da meta	

Proposta da Justiça Federal

META ESPECÍFICA: Sustentabilidade	
Macrodesafio	Promoção da sustentabilidade
Especificação Geral	Cumprir 100% das metas dos seis temas do Plano de Logística Sustentável - PLS. (Energia Elétrica, água esgoto, coleta seletiva, papel e contratação pública sustentável)
Justificativa	Manutenção da meta

Proposta da Justiça Federal

META ESPECÍFICA:	Segurança Institucional
Macrodesafio	Fortalecimento da segurança e proteção institucional
Especificação Geral	Instituir o plano de segurança institucional, considerando aspectos de segurança física, orgânica, de pessoas e de dados
Justificativa	Manutenção da meta

Observações Gerais

{Espaço para anotar acontecimentos ocorridos na reunião setorial que necessitam de registro}